

A ditadura caça o pcb: um recorte do período autoritário pós-64

Vinicius Bandera*

Resumo : Após ter jugulado a guerrilha urbana e rural, o poder militar decidiu tomar a mesma providência em relação ao PCB, mesmo ciente de que este partido era infenso à luta armada. Defendemos a hipótese de que essa decisão foi motivada pelo fato de o PCB ter sido um antigo inimigo da direita e porque os pecebistas eram portadores de uma ideologia antissistema. Buscamos demonstrar esta hipótese, por meio de um sucinto exercício genealógico envolvendo embates direita-esquerda, em particular direita-PCB, durante as três décadas anteriores ao golpe de 64, e por meio de análises de discursos de órgãos de inteligência/repressão sobre o PCB e discursos deste em relação à ditadura.

Abstract: After to eliminate the guerilla war, the military power decided to do the same with the Brazilian Communist Party. Our hypothesis is that it happened because the PCB was a old enemy of the right and it had an ideology against the establishment. We want to demonstrate that hypothesis through a genealogical exercise to show the old struggles between right and left, and through analysis of discours of the military power and PCB.

1. Genealogia do conflito direita-esquerda, em particular direita-PCB

Quando desfecharam o golpe de Estado em 31 de março de 1964, os militares já detinham larga experiência em conflitar com a esquerda, o que, em grande parte, concorreu para o êxito de seu ato de força e para o fato de eles avocarem, pela autoridade de seu poder bélico, o comando do processo “revolucionário”, em lugar de cedê-lo a grupos civis como em ocasiões anteriores em que se viram à testa de golpes e tentativas golpistas, como as primeira e segunda (suicídio) quedas de Vargas, respectivamente, em 1945 e 1954, além dos movimentos abortados contra as posses de Vargas (1950), Kubitschek (1955) e Jango (1961).

Podemos considerar que a genealogia dos conflitos entre a esquerda e a direita remonta à década de 1930, quando o general Goés Monteiro teve a tarefa de comandar a reorganização do Exército segundo uma hierarquia mais verticalizada, tendo em vista evitar o surgimento e desenvolvimento de aventureirismos tipo o tenentismo. Esta corrente rebelde, oriunda das próprias forças armadas, espalhando-se para forças militares auxiliares e até ganhando figuras de destaque da sociedade civil, forneceu às lideranças militares a experiência necessária para agir preventivamente contra seus futuros inimigos. Pela reforma Goés Monteiro (1), passou a haver uma segmentação mais definida entre os diversos setores hierárquicos da carreira militar, o que dificultava, e mesmo obstava, a “promiscuidade” entre oficiais subalternos e oficiais superiores, além de entre praças e oficiais subalternos, como sói acontecer durante o período tenentista, ocasionando uma maior horizontalidade, facilitadora de quebras de hierarquia. O novo Exército passou a estar mais afinado com o maquiavélico conselho de que o príncipe, como uma das salvaguardas principais para a manutenção de seu governo, deveria manter-se apartado de seus súditos, sendo e parecendo ser superior, tornando visível, por diversas demonstrações de força, que detinha a hegemonia de mando e poderia e deveria usá-la quando necessário, segundo sua unilateral avaliação. Estava aí surgindo e se desenvolvendo uma mentalidade direitista dentro das forças armadas, a qual iria ser reforçada com o fascismo externo e com o interno, o integralismo, ambos tendo ganho adeptos militares (de generais a praças), inclusive Goés Monteiro, e civis ao longo das décadas de 1930 e 1940. Por sua vez, por essa mesma época, o comunismo, sobretudo o pecebista, contribuiu, mais do que outras correntes esquerdistas, como o trabalhismo de Pasqualini, para formar consciências na sociedade e no Estado, inclusive nas forças armadas (também de generais a praças).

Se na década de 1920, o tenentismo, principalmente quando de seu ápice através da Coluna Prestes, era tido como o principal inimigo das forças repressivas, a partir da década seguinte, com a autoextinção da Coluna em 1927 e a cooptação das principais lideranças tenentistas pelo varguismo emergente da Revolução de 30, exceto Prestes, que, através de seu Manifesto de Maio (1930), tornara-se definitivamente marxista-leninista sob os auspícios da III Internacional/PCUS, o inimigo objetivo tornou-se o comunismo, o qual, mais do que o

tenentismo (e seu nebuloso e inconsistente arcabouço ideológico), passou a deter significativa e crescente influência nas Forças Armadas e também em outros setores do Estado e da sociedade, principalmente no sindicalismo, onde o recém-fundado (25 de março de 1922) PCB buscava aplicar a linha leninista de tomar para si a direção das lutas economicistas em sua missão de partido guia do proletariado, ocupando a posição-chave equivalente à que o anarquismo ocupara na década de 1910.

Foi principalmente na luta contra o comunismo, a partir da década de 1930, que a direita, especialmente a direita armada, desenvolveu um *know-how*, de matiz ideológico fascista-liberal, que seria fundamental para fazê-la lograr êxito, através do golpe de 64, em seus embates de cerca de 30 anos com a esquerda.

Dizemos matiz fascista-liberal por que a direita brasileira, durante grande parte das décadas de 1930 e 1940, esteve sob influência tanto do nazifascismo quanto do liberalismo estadunidense, que, por essa época, não era tão liberal devido à ação do macartismo, que, em nome de combater o comunismo interno, acabou por atingir também a democracia. Até o Brasil declarar guerra ao Eixo, em agosto de 1942, vários ministros de Estado e chefes militares disputavam ostensivamente o poder de fazer o governo pender para a órbita estadunidense ou para a órbita nazifascista, ficando Vargas no exercício de se equilibrar entre as duas correntes. Com a decisão final do governo em favor dos Aliados e com o fim da guerra e do ditatorial Estado Novo, o Brasil, durante o governo Dutra, a exemplo de vários outros países da América Latina, reforçou sua afinidade ideológica com os Estados Unidos através da criação da ESG- Escola Superior de Guerra. O objetivo precípua desse centro de inteligência, a pretexto de reciclar a alta oficialidade, era reafirmar dentro das fileiras militares a ideologia anticomunista e o alinhamento praticamente incondicional aos Estados Unidos. Seria basicamente a alta oficialidade egressa da ESG que tomaria as rédeas do processo "revolucionário" que resultaria no golpe de 64. Vale dizer que a ESG foi formada no espírito da Guerra Fria, o qual obrigava a que os países optassem por aderir ao bloco liderado pelos Estados Unidos ou ao bloco liderado pela União Soviética. A luta esquerda-direita, da qual aqui estamos tratando, também passaria a desenvolver-se, basicamente, dentro dos parâmetros da Guerra

Fria. A ESG, guiada pelo paradigma conservador da Escola do Panamá, representava o pensamento oficial e hegemônico dentro das Forças Armadas, mas não impedia que grande parte dos militares, de praças a generais, tivesse simpatia ou mesmo fosse militante do PCB. As eleições para o Clube Militar durante a década de 1950 eram um termômetro privilegiado para aferir a disputa entre esquerda (nem toda comunista; pelo contrário, a maioria era anticomunista) e direita. A rigor, essa disputa estava condicionada pela disputa mais globalizante envolvendo “nacionalistas” e “entreguistas”, os primeiros reunindo esquerdas e até setores de centro, enquanto que os segundos estavam mais concentrados na direita mais radical. Essa contenda, que já se vinha desenvolvendo desde a década de 1930, acentuar-se-ia nas duas décadas seguintes e seria o principal fio condutor para o golpe de 64. Podemos destacar, como acontecimentos mais importantes dessa disputa, a campanha pela nacionalização do petróleo, que resultaria na criação da Petrobras, as tentativas de se impedir as posses de Vargas, Kubitscheck e Jango, além de, e principalmente, os embates em torno das reformas de base, açodados pela Revolução Cubana e o episódio da Baía dos Porcos. Essa disputa provavelmente não seria tão agudizada caso não houvesse o que Marx e Engels chamam de “o espectro comunista” e caso a política internacional não estivesse tão ideologizada sob os parâmetros da Guerra Fria. A maioria (Jango, Brizola, Arraes, entre outros) dos próceres das esquerdas não era comunista e o próprio PCB vinha defendendo, desde o rompimento com o insurrecional Manifesto de Agosto (1950), uma linha política de aliança com a burguesia nacional e uma chegada ao socialismo pela via pacífica de acumulação de forças no parlamento, no movimento de massas e no apoio a candidaturas com perfil progressista, algo parecido com o revisionismo de Berstein e, posteriormente, do “renegado” Kautsky, entre outros. . No entanto, a direita, principalmente a direita militar, trazia bastante acesa em si o movimento insurrecional de 1935, a ideologia ferrenhamente anticomunista da ESG, o espírito radical da Guerra Fria e os avanços do comunismo, do brizolismo, das Ligas Camponesas, do sindicalismo e da UNE que contaminavam com forte intensidade as forças armadas, vide as manifestações rebeldes dos marinheiros no Rio de Janeiro e dos sargentos em Brasília. Tudo isto para a direita era computado homoganeamente como o espectro comunista que tanto

assustara os conservadores e os reacionários no ano de 1848 em que Marx e Engels escreveram seu célebre manifesto. Seria basicamente em nome do combate ao comunismo, nacional e internacional, que a direita desfecharia o golpe de Estado contra a democracia, justificando-o como um contragolpe ao comunismo. Essa fixação no espectro comunista levaria a ditadura, como veremos mais à frente, a encetar uma caçada ao PCB, mesmo estando ciente de que a sua estratégia em direção ao socialismo era etapista, pacífica e contrária à luta armada.

2. A conquista da hegemonia pela direita

O golpe de 64 não foi um ato isolado de um setor das forças armadas, ou seja, não foi uma quartelada como ocorrera por algumas vezes em rebeliões promovidas por grupos de militares sem que houvesse um consenso na cúpula das três forças armadas. Como exemplos de quarteladas podemos considerar a tentativa de se impedir a posse de JK, ocasionando um contragolpe liderado por Lott, e os dois levantes ocorridos no governo JK. A derrubada de Vargas em 1945 e os movimentos buscando abortar sua posse em 1950 e a posse de Jango em 1961 podem também ser vistos como quarteladas. Já o golpe de 64 surgiu de um processo de amadurecimento que se esforçou por evitar ser uma quartelada e por buscar um consenso não somente dentro da alta oficialidade, inclusive legalistas e membros do governo Jango, como o comandante do II Exército, general Amauri Kruehl, cooptado à última hora, mas também para fora da caserna e costurando um apoio fundamental com os Estados Unidos, o que se concretizou com a célebre Operação Brother Sam. Foi um movimento de construção para o golpe, de construção contra um inimigo que a direita conhecia de frequentes combates desde a década de 1930. Inimigo o qual a direita tentou colocar fora de cena, como quando da cassação do PCB em 1947, ou mesmo exterminar, como fizera com este mesmo partido em 1935. Ao contrário dos anarquistas, que o regime logrará êxito em erradicar da vida política brasileira na década de 1910, após curto período (cerca de 20 anos) de combate contra o mesmo, a despeito de se tratar de uma corrente esquerdista com forte penetração no sindicalismo brasileiro, e também ao contrário da erradicação do movimento messiânico de Canudos e do tenentismo, o PCB,

como uma espécie de pássaro fênix, sempre renascia das cinzas, tornando-se o principal inimigo do regime mesmo empunhando uma estratégia de frente ampla, na qual a burguesia nacional aparecia como aliada privilegiada. A “declaração” de Guerra Fria e, por consequência, o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, por parte do conservador governo Dutra, recrudesceram o sentimento anticomunista no seio da direita, o qual havia sido amainado durante a guerra, pelo fato preponderante de a União Soviética ter sido um dos países aliados com papel decisivo na vitória contra os países do eixo nazifascista. Entendemos que foi esse sentimento anticomunista, essa ideologia anticomunista, transformada em doutrina de segurança nacional, formulada e desenvolvida principalmente na ESG, que se transformou no principal amálgama da direita, o principal *leit-motiv* a fazê-la buscar e conseguir alcançar um consenso pró-golpe dentro do campo direitista e também para além deste campo, cooptando, ou pelo menos neutralizando, até lideranças de trajetória democrática burguesa, como Juscelino Kubitschek, que se manteve neutro quando do golpe e chegaria a “votar” em Castelo Branco na “eleição” que levaria este a ser o primeiro presidente do regime militar. Podemos dizer que Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, lideranças de linhagem centro-esquerdista, também se deixaram neutralizar pelo movimento (preferimos usar este termo para passar a ideia correta de que o golpe não foi um ato intempestivo, mas uma construção de hegemonia, apesar de os golpistas, por suposto, desconhecerem Gramsci) golpista, aceitando a farsa da “eleição” presidencial no imediato momento ao golpe, embora se colocando à frente da oposição consentida e a liderando durante todo o período autoritário. A obtenção de tanto apoio por parte do movimento golpista foi fruto muito mais de convergência ideológica em torno do anticomunismo do que em torno da força bélica dos golpistas. A essa altura Gramsci não era estudado no Brasil nem pela esquerda, no entanto a direita, mesmo sem saber, utilizou a estratégia gramsciana de acumular forças a nível ideológico na sociedade civil (aqui entendida segundo a concepção gramsciana: “*direção intelectual e moral de um sistema social*” (2), para, consolidada essa etapa, partir para o uso da força, ou seja, para o ataque contra o Estado, buscando apoderar-se desta máquina para subjugar toda a sociedade, colocando fora de ação os inimigos contra os quais a

estratégia estava dirigida. Um interessante trabalho sobre essa conquista de hegemonia podemos ver em Dreifuss (3), que analisa as vicissitudes por que passou a direita para acumular, ideologicamente, forças em direção a uma coalização bastante ampla, que ía de lideranças militares ditas linha dura, com destacada tradição golpista, como o general Olímpio Mourão Filho, autor do forjado Plano Cohen (quando era capitão, em 1937), que foi de importância capital para a decretação do Estado Novo, a lideranças militares legalistas e lideranças civis fundamentais para o sucesso do ataque ao Estado, como os governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Carvalho Pinto (São Paulo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Essa acumulação ideológica, mostra Dreifuss, não foi ditada apenas pela ESG, mas também por outros aparelhos ideológicos, sobretudo o IPES e o IBAD, criados como inofensivas instituições democráticas, com o fito de formar, no meio civil, as futuras cabeças pensantes do movimento golpista, no que lograram êxito, dado à contingência de que grande parte de seus quadros intelectuais civis, como Mário Henrique Simonsen, Delfim Neto, João Paulo dos Reis Veloso, passaram pela doutrinação ipseana e ibadeana. Essa acumulação obteve quase que um consenso dentro da Igreja, de bispos a padres, e junto a grande parte da classe média, principalmente pelo recurso ideológico de se apelar à terrível ameaça do espectro comunista.

Enquanto a direita, não sem avanços e recuos, encetava esforços na direção de construir sua hegemonia, a esquerda digladiava entre si justamente no aspecto ideológico e também personalista, o que obstava a que chegasse ao ponto crucial da construção da hegemonia (ocidental) segundo o paradigma gramsciano. Ponto este que se refere à chegada de um consenso em termos politico-ideológicos para a construção de um bloco histórico rumo à tomada do poder. Sem esse consenso, que deve ser o mais amplo possível, isolando o inimigo principal, como Gramsci compreendeu através de Maquiavel, e concertando uma aliança etapista do maior número possível de forças em torno de uma estratégia comum, a construção hegemônica corre grave risco de não se viabilizar, como aconteceu no caso da esquerda brasileira, que apresentava discordâncias até em torno de sua plataforma principal, que eram as reformas de base, sobretudo o ponto mais nevrálgico destas, que era a questão da reforma agrária. Apresentava discordâncias também sobre

quem iria levantar a bandeira, ou seja, a qual personalidade, partido ou grupo caberia o papel de liderança maior do processo que adviria com as reformas de base. No que dizia respeito à consistência político-ideológica, ao consenso tático para a estratégia decisiva, o PCB aparecia como o segmento esquerdista mais bem de acordo com o conceito de hegemonia traçado por Gramsci, embora a sua orientação tático-estratégica não fosse derivada de leituras gramscianas, mas caudatária, como desde sua fundação em 1922, de deliberações, senão imposições, advindas do PCUS, com menos ortodoxia, é verdade, após o XX Congresso deste partido. O PCB estava mais de acordo com o conceito de hegemonia de Gramsci porque propugnava uma linha tático-estratégica de aglutinação de forças heterogêneas em torno de um consenso progressista com o escopo de conquista do socialismo. Ou seja, algo oposto à hegemonia leniniana de assalto direto ao poder, que balizou a Revolução Russa.

Fato é que a esquerda, bem mais do que a direita, apresentava um amplo leque de contradições políticas e ideológicas, aglutinando estratégias imediatamente revolucionárias das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e afinadas com a recém-vitoriosa (01/1/1959) Revolução Cubana, e do PC do B, uma pequena dissidência do PCB a partir de 1962 e ligada à linha chinesa, tendo considerável influência no movimento estudantil, entenda-se UNE e suas congêneres estaduais; o "revisionismo" (segundo denúncia de opositores comunistas antes e depois do golpe) pecebista, que buscava consolidar a frente ampla anti-imperialista e antilatifundiária pregada pela Declaração de Março (1958) e pelo V Congresso (1960); o radicalismo de Brizola em defesa das reformas de base, especialmente a reforma agrária, a qual Brizola defendia que deveria realizar-se na "lei ou na marra"; a inconsistência de Arraes, que ia do radicalismo esquerdista à moderação centro-esquerdista, e a indecisão de Jango, que tentava equilibrar-se no meio dessa correlação heterogênea de forças, o que se refletiu na composição de seus diversos ministérios compostos entre setembro de 1961 e março de 1964. Uma esquerda, melhor dizendo, várias esquerdas, conduzidas mais por suas lideranças com forte apelo popular do que por partidos. Faltava, segundo Lênin, a condução do partido guia do proletariado, ou, na concepção de Gramsci, a construção de um bloco histórico para cumprir a função desse

partido. Para tornar mais complexa ainda a busca do consenso no campo esquerdista, é de bom alvitre ressaltar que várias das lideranças de esquerda tinham planos especificamente seus; Brizola e Arraes, por exemplo, eram ostensivos candidatos à presidência da república para a sucessão de Jango, misturando a pauta de suas candidaturas com a pauta comum das reformas de base, o que provocava uma diluição nesta última.

No campo da direita também havia, embora em menor grau, personalismos (no que se destacava Lacerda) e diferenças entre suas lideranças; não obstante, o sentimento anticomunista era mais forte para trazer um consenso para esse campo do que as reformas de base eram para trazer o consenso para o campo esquerdista. Com esse consenso dentro de seu campo e o ampliando para fora, a direita conseguiu formar o bloco histórico, que ia de próceres militares, capitalistas nacionais e internacionais, dos quais saiu grande parte dos capitais para financiar o projeto/movimento golpista, governo estadunidense (que entrou com capitais, como os empréstimos generosos ao governador Lacerda, enquanto sabotava o presidente Goulart, apoio logístico e militar, este culminando com a Operação Brother Sam), Igreja e grande parte da classe média, atemorizada com o espectro do comunismo e com a perda do poder aquisitivo motivada pelo aumento crescente da inflação durante o governo Jango. As greves constantes e paralisantes da economia, com discursos anticapitalistas por parte de lideranças sindicais (a maioria pecebista), somadas às rebeldias de praças no seio das forças armadas e aos discursos irascíveis de lideranças esquerdistas (com destaque para Brizola), cujo ponto máximo ou pelo menos mais afrontoso foi o comício da Central do Brasil, a poucos metros do comando do I Exército, certamente trouxeram custos à esquerda e benefícios à direita na correlação de forças em que ambas estavam envolvidas. Enquanto a esquerda cada vez mais tornava ostensiva a sua rebeldia, a direita ia maquinando maquiavélica e sigilosamente o assalto ao Estado, após ter consolidado considerável sustentação na sociedade civil no sentido gramsciano, isto é, tinha conseguido um consenso junto a um amplo conjunto de segmentos no corpo do Estado e na base material da sociedade. De modo que antes da tomada do poder a direita já havia argamassado a sua superestrutura, por meio de seu bloco histórico, orientado por seus intelectuais orgânicos e dirigido por um generalato majoritariamente

conservador dentro das forças armadas. Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo*, percebeu algo semelhante em relação à tomada do poder pelos nazistas, considerando que estes, antes do assalto ao poder, já vinham construindo ideológica e politicamente, uma espécie de Estado paralelo ao Estado da República de Weimar, tendo como arrimo principal as S.S. e S.A. Quando tomaram o poder já tinham pronto um Estado e uma ideologia monolíticos para o domínio de toda a sociedade, mais pela força (demonstrada sistematicamente por meio de exercícios bélicos e violência contra os dissonantes, sobretudo o inimigo objetivo judeu) do que pelo consenso. Essa astúcia tático-estratégica da direita pegou a esquerda de surpresa e a levou à inércia no momento imediato ao golpe, impossibilitando-lhe uma capacidade de reação, salvo a tentativa frustrada de Brizola em reeditar a Cadeia da Legalidade. Para culminar a paralisia esquerdista, Jango optou (por opção de classe, por sentir que a vitória da direita era irreversível e/ou por não querer derramamento de sangue) por não resistir aos golpistas e por partir para o exílio (Uruguai), ensejando que a direita proclamasse a vacância da presidência da república e empossasse a toque de caixa o presidente do Congresso Nacional, deputado Ranieri Mazilli, como o presidente provisório da república, testa-de-ferro dos golpistas, até que estes assumissem o governo, o que se daria com a “eleição” de Castelo Branco a 11 de abril de 1964. Dessa vez, ao contrário de vezes anteriores em que comandaram militarmente golpes através de seu poder desestabilizador, como na Revolução de 30 e na decretação do Estado Novo, a cúpula militar não abdicou de estar à testa do governo; impôs-se às lideranças civis, subordinando-as ao seu comando. Não obstante, a despeito de terem comandado o golpe com certa autonomia frente à classe dominante (burguesia), os líderes militares não passaram a governar, em última instância, para si, mas para garantir os interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais (os quais já apresentavam uma consistente unidade, os primeiros sob o controle dos segundos, embora o PCB insistisse em conceituar a burguesia brasileira como burguesia nacional), atuando como uma espécie de guarda pretoriana desses interesses. Daí o golpe aqui no Brasil ter similaridade com o que Marx denomina o Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, quando este herdeiro da monarquia bonapartista, liderou uma frente, que incluía setores de diversas classes (do campesinato à burguesia e à

nobreza) e grande parte do lumpemproletariado, para desferir um golpe contra a república, fazendo ressurgir a monarquia, colocando-se à frente da mesma. Marx percebeu que esse Bonaparte sobrinho, apesar de empossado como monarca, tinha seus interesses de mando subordinados aos interesses econômicos da burguesia industrial, em aliança com a burguesia internacional. Concluindo este tópico, o golpe de 64 pode ser entendido, segundo avaliação de Florestan Fernandes, como estando no contexto de uma contrarrevolução conservadora, tanto no plano nacional, objetivando impedir “o início da consolidação de um regime democrático-burguês no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo das massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade), contavam com crescente espaço político próprio”, quanto no plano internacional, com o fito de jugular diversas revoluções progressistas em processo em diversas partes do mundo:

O cerco capitalista acabou atingindo não só a autêntica ameaça de “subversão comunista da ordem”, ele alcançou e paralisou, em nome da “defesa” e da “interdependência do Ocidente”, vários tipos de revoluções nacionais, submetendo a modernização, em geral, e as transições democráticas em particular, a um controle político e policial-militar estrito, pelo qual as classes trabalhadoras e as massas populares foram banidas da cena histórica.(4)

3. A superestrutura repressiva

No imediato momento ao golpe, o regime tinha em pauta três diretrizes básicas: colocar fora de ação os inimigos que mais se destacaram durante os anos imediatamente anteriores ao golpe, consolidar e ampliar o consenso alcançado junto aos setores aliados e simpatizantes, ganhar a confiança da população em geral e reforçar sua aliança submissa (desenvolvimento com dependência) ao imperialismo, especialmente o estadunidense.

Os inimigos mais destacados, e considerados pela ditadura como os mais perigosos, foram cassados por força do AI-1, decretado pelo Comando Supremo da Revolução, em 9 de abril de 1964, que, além de cassar mandatos eletivos e direitos políticos por dez anos, estabelecia a decretação de estado de sítio à revelia do Congresso, de emendas à Constituição e confirmava a realização das eleições presidenciais para 3 de outubro de 1965.

A primeira leva de cassados saiu um dia após à decretação do AI-1, alcançando cem personalidades políticas, entre as quais Prestes, Brizola, Francisco Julião, Darcy Ribeiro, Waldir Pires, Samuel Wainer, Osvaldo Pacheco e até Jânio Quadros (não por ser esquerdista, pelo contrário; mas por ser personalista inoportuno), todos com direitos políticos suspensos por dez anos. O novo regime, assim, buscava esterilizar os seus inimigos mais contundentes e consequentes, alguns nem tanto.

Uma das primeiras medidas tomadas para consolidar o consenso “revolucionário”, foi “eleger” como presidente da república, pelo Colégio Eleitoral – entenda-se o Congresso Nacional depurado pelas cassações das principais lideranças opositoras, com destaque para Brizola – , um candidato consensual entre as diversas forças que desfecharam o golpe de Estado: o general Castelo Branco, que exercera o papel de liderança proeminente e consensual na preparação do golpe, tanto no meio da alta oficialidade quanto entre as lideranças civis e até como o principal interlocutor junto aos Estados Unidos. A preocupação em se manter o consenso alcançado na preparação do golpe se evidencia pelo fato de Castelo Branco ter sido o único candidato a disputar a “eleição”, após o marechal Eurico Gaspar Dutra e o general Amauri Kruel terem retirado as suas respectivas candidaturas ainda durante a “campanha eleitoral”. A rigor, Castelo, um moderado, “sorbonista”, com maior capacidade do que qualquer outro líder golpista em transitar entre as diversas forças aliadas, foi eleito pela cúpula militar e imposto às lideranças civis para ser homologado pelo Congresso, como viria a acontecer com a “eleição” dos demais ditadores presidentes da república.

Ganhar a simpatia da população não foi tão difícil porque a maioria desta não estava engajada nos embates verificados entre a esquerda e a direita nos anos anteriores ao golpe, portanto era-lhe quase indiferente a vitória de um ou outro contendor. Ademais, e o que mais facilitava a aceitação do novo regime, o medo do espectro comunista estava tão introjetado no senso comum, pelos discursos da direita, dos clérigos e da grande mídia, a qual celebrou o golpe com grande estardalhaço propagandístico, que a troca de governo fez emergir no grosso da população, menos do que um sentimento de revolta, um sentimento de esperança em que a anomia anterior, provocada por greves frequentes, paralisia

decisória no Congresso, ingovernabilidade e alta crescente da inflação, fosse substituída pela ordem, progresso e combate à alarmada ameaça do comunismo, consoante compromisso-chave assumido pelos chefes “revolucionários”. A propósito, logo de início, a ditadura revelou-se bastante eficiente em isolar o inimigo objetivo por meio de cassações e fechamento de aparelhos ideológicos esquerdistas (sindicatos, núcleos culturais, etc.), obrigando-o a entrar para a clandestinidade ou fugir para o exílio, além de, concomitantemente, revelar-se eficiente em ampliar para além de si o consenso que houvera alcançado no movimento conspiratório em direção ao golpe. Essa ampliação do consenso alcançou grande parte da população, em particular amplos segmentos da classe média, que apoiaram o golpe, demonstrando isto, por exemplo, em 30 de março de 1964, através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, promovida pela Igreja. O inimigo objetivo do regime continuou sendo o comunismo, fazendo com que o discurso anticomunista se tornasse, por toda a duração do regime militar, um grande, provavelmente o maior, galvanizador ideológico para a ampliação, ou pelo menos manutenção, do consenso conquistado na sociedade civil (Gramsci) no período anterior ao golpe. Com a evolução do regime, e principalmente após o surgimento da oposição armada, os comunistas foram classificados ideologicamente em duas categorias: subversivos e terroristas. A primeira, de cunho generalizante, englobava todos os que o regime considerasse como inimigos da nação, sobretudo inimigos da “democracia” recém-instalada, enquanto que a segunda era composta exclusivamente pelos subversivos que empunhavam armas ou ligados a estes, direta ou indiretamente, exceto aqueles que a repressão forjava como sendo terroristas sem de fato o serem. Essa classificação era bastante profícua em ampliar o consenso em favor do regime, contra não somente seus inimigos armados como também contra quaisquer descontentes. Assim, ser acoimado oficialmente como sendo comunista, subversivo ou terrorista equivalia a ser judeu durante a dominação nazista; a ser, no entender de Arendt, o inimigo objetivo. A estigmatização provocada naqueles que a ditadura e, por extensão, a grande mídia e até o senso comum consideravam como sendo comunistas, subversivos ou terroristas agia como uma espada de Dâmocles não apenas sobre a cabeça dos que de fato eram pertencentes a essas categorias, mas também sobre a cabeça dos

“cidadãos” em geral, pois um professor, um colega de profissão, um vizinho ou qualquer pessoa poderia denunciar alguém, até com boa intenção, supondo estar prestando um relevante serviço à nação. Evidentemente que esse alguém, sendo ou não culpado, estava passível de ser barbaramente torturado, “morto em combate” ou desaparecido.

Quanto à aliança submissa com o imperialismo, isto se deu como consequência lógica do passado “entreguista” da grande maioria da direita (tanto a civil como a militar) e da formação da alta oficialidade na ESG, conformada segundo a orientação ideológica estadunidense. Um dos primeiros reflexos dessa aliança foram a revogação da Lei de Remessa de Lucros, sancionada pelo governo Jango para limitar o êxodo de divisas para as matrizes das multinacionais, e o rompimento de relações diplomáticas com Cuba.

A superestrutura repressiva foi sendo montada no processo de lutas com as forças oposicionistas através de dois momentos básicos: antes e depois do AI-5. Da mesma forma, as forças oposicionistas foram sendo constituídas à medida em que lutavam contra o regime. De modo que, apesar de ter colocado fora da cena política seus principais inimigos de outrora, através da primeira lista de cem cassações, a ditadura não pôde impedir que outros inimigos surgissem. Entre esses novos inimigos merecem destaque o movimento estudantil e, por conseguinte, os guerrilheiros (terroristas, segundo a leitura do regime). Houve também, no período entre 1964 e 1968, greves de trabalhadores, sendo a greve de Osasco uma das mais expressivas, e manifestações protestantes por parte de personalidades (artistas, intelectuais, etc.), porém os estudantes e os guerrilheiros se destacariam, a partir de 1968, pelo fato de enfrentarem não somente o governo, mas o seu sistema repressivo, e não meramente com protestos verbais, mas através de combates físicos. Os estudantes combatiam com comícios, passeatas, pedras, coquetéis molotov, etc., enquanto os guerrilheiros optaram pela luta armada clandestina como forma de derrubar o regime. O apogeu do movimento estudantil aconteceu em 1968, quando também se deu a sua erradicação, por meio do AI-5. Como consequência, muitos estudantes em todo o Brasil decidiram partir para a luta armada, dando origem às diversas organizações guerrilheiras, a maioria das quais egressas do PCB por questionarem a orientação deste partido em não reagir pelas armas. Não só estudantes constituíram as organizações guerrilheiras, mas

também antigas lideranças pecebistas, que também deixaram o PCB para pegar em armas. Entre essas antigas lideranças, destacavam-se Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, fundadores e dirigentes da ALN, e Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, fundadores e dirigentes do PCBR. O PC do B, surgido de uma dissidência do PCB, em 1962, também era uma organização guerrilheira dirigida por antigas lideranças pecebistas, entre as quais João Amazonas e Maurício Grabois. Havia diversas outras organizações do tipo destas, inclusive umas que se desdobravam em outras por divergências internas, como também surgiriam outros comandantes guerrilheiros, sendo o ex-capitão Carlos Lamarca o mais destacado. Abrimos esta digressão para abordar os movimentos estudantil e guerrilheiro com o único propósito de chamar a atenção para o fato de que esses movimentos foram uma resposta ao recrudescimento do regime e, por sua vez, dialeticamente, o recrudescimento do regime deu-se na proporção direta do avanço de ambos os movimentos. Foi nesse caldo cultural de enfrentamento para além dos rígidos limites impostos à oposição consentida (MDB) que a ditadura promoveu um aparelhamento de sua superestrutura repressiva e ao mesmo tempo de inteligência, do que vamos tratar a seguir.

Assim como se apoderou do comando da política, da economia e da ideologia, o poder militar também procedeu de maneira similar em relação ao comando da repressão/inteligência, colocando sob subordinação das forças armadas as polícias federal e estaduais. Seguindo essa diretriz, tornou-se comum que generais e coronéis ocupassem a chefia da segurança pública nos estados em lugar de delegados da Polícia Civil ou coronéis da Polícia Militar. Da mesma forma, esses oficiais de alta patente tinham cargos de comando em muitas das principais funções dirigentes da administração pública. Tudo isto seguia a lógica de os militares continuarem a manter a hegemonia, pelo consenso e pela força, sobre a “revolução” que eles comandaram, em lugar de compartilhar ou mesmo entregar tal hegemonia aos civis. Daí que no campo da repressão/inteligência a ideologia vigente era a da segurança nacional. Ideologia esta forjada pelo poder militar, principalmente dentro da ESG, tendo como norte principal o combate ao inimigo interno, isto é, o comunismo. O combate a esse inimigo foi a justificativa-chave para o golpe, para a manutenção da ditadura (em detrimento de se entregar o governo aos civis e cumprir o calendário eleitoral previamente

estabelecido) e a construção de um novo aparelho repressivo e de inteligência, formulado e comandado pelo poder militar, acima dos aparelhos que já existiam. Isso não era uma novidade na história, Engels, em texto seu que ficou conhecido como o último Engels, já havia identificado que as forças repressivas desenvolviam sua sofisticação e seu poderio na medida em que combatiam com seus inimigos internos e externos. Foi no bojo desse aperfeiçoamento que o poder militar criou, em julho de 1969, no governo Costa e Silva, já sob a égide do recrudescimento do regime pelo AI-5, a OBAN-Operação Bandeirantes, com o fito de centralizar o comando sobre todos os órgãos repressivos, que a essa altura tinham como principal inimigo a guerrilha urbana recém-iniciada. A OBAN tinha como sede o II Exército, localizado na cidade de São Paulo, e grande parte de seu capital vinha de dívidas de empresas brasileiras e multinacionais, que, por suposto, como no ensaio de Mauss, tinham uma reciprocidade por parte do governo. A OBAN forneceu o *know-how* necessário para que o poder militar, no próximo governo (Médici), viesse a criar o CODI-Comando de Operações de Defesa Interna (entenda-se defesa contra os inimigos internos, que abrangiam comunistas e quaisquer outros que a ditadura considerasse como atentadores à segurança nacional). O CODI era ainda mais centralizado em mãos dos militares do que a OBAN, e mais espalhado pelo território nacional, pois cada um dos quatro comandos regionais do Exército tinha o seu CODI, que se ramificava por um ou mais órgãos executivos, os DOIs –Departamento de Operações e Informações. Paralelamente, cada uma das três forças armadas tinha os seus órgãos de inteligência e repressão: CIE – Centro de Informações do Exército, CISA –Centro de Informações da Aeronáutica e CENIMAR – Centro de Informações da Marinha. Essa centralização militar, não impedia a continuidade dos órgãos repressivos das polícias (civil e militar) em cada estado, que se ocupavam majoritariamente do combate ao crime e à contravenção, salvo o DOPS –Departamento de Ordem Política e Social, criado no regime Vargas, que seguia sendo uma força voltada ao combate dos crimes políticos através de suas sucursais estaduais. Como órgão centralizador ligado diretamente à presidência da república, havia o SNI – Serviço Nacional de Informações, também criado pelo poder militar no início da ditadura. Por extensão dessa política repressiva dirigida majoritariamente contra o inimigo comunista, surgiram os esquadrões da morte dentro das polícias estaduais, que

equivaliam às milícias atuais, atuando no submundo do crime, a favor e contra a lei, em promiscuidade com criminosos e pequenos empresários que lhes encomendavam assassinatos de criminosos ou mesmo de dasafetos.

Faz-se mister ressaltar que nem todos os militares ou policiais participavam (nem podiam) desse aparato repressivo que acabamos de descrever. Pelo contrário, pouquíssimos eram os que estavam ligados diretamente ao combate dos denominados subversivos e terroristas. Pouquíssimos estavam ligados à tortura. A grande maioria dos profissionais das forças armadas e das polícias continuava ligada às suas atividades de rotina anteriores ao golpe. Evidentemente que o fato de o macropoder ter-se aparelhado para combater o inimigo interno com base na doutrina de segurança nacional influenciava a que, a nível de microfísica do poder, ocorressem, não raramente, excessos no exercício da autoridade constituída, resultando em prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, etc. No entanto, para participar dos órgãos de inteligência e repressão a que nos referimos há pouco era necessário passar por um processo de seleção, que exigia extrema fidelidade aos chefes e afinidade com os ideais e métodos desenvolvidos por esses órgãos, que, por exemplo, incluíam torturas e assassinatos. Os operadores desses órgãos atuavam como verdadeiros agentes secretos, isto é, tinham que manter sob rigoroso sigilo as ações das quais participavam. A este respeito, encontramos em praticamente todos os documentos de órgãos de segurança a que tivemos acesso no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro um destaque sob o título Confidencial, com os seguintes dizeres: *“O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento. Art. 62 – Dec. n. 60417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos”*. (5). Pelas mesmas fontes, percebemos que os órgãos de repressão exerciam a prática comum de atuar em rede. Assim, o documento de um órgão era, geralmente, divulgado aos outros, mormente em casos de pedidos de busca, os quais se dividiam em duas partes principais: 1. Dados Conhecidos e 2. Dados Solicitados. Nos primeiros, informava-se acerca do assunto, enquanto que nos segundos se solicitavam providências (6). A participação em um órgão de inteligência/repressão rendia ao participante, que podia ser desde praça até oficial general, além de policial ou civil, fora alcaguetes, certos privilégios que não cabiam aos demais

profissionais militares ou policiais.

Para manter com significativo sucesso sua ideologia e prática repressivas, a ditadura impôs uma alteridade à nação: nós e eles. Nós era o regime, que houvera livrado a nação do inimigo comunista, e, por decorrência, todos os que não manifestassem oposição consentida ao *establishment*. Eram também consentidos e bem-vistos os alienados e/ou produtores de alienação, entre estes últimos a Rede Globo, criada em 1965, sob auspícios do regime, teve um papel preponderante. Vale dizer que durante o período autoritário houve um grande incentivo ao surgimento e desenvolvimento da Jovem Guarda, da chamada música brega, da chamada pornochanchada, do movimento hippie, de programas televisivos de auditório de caráter alienador, do futebol como instrumento de fortalecimento “democrático” do regime...Tudo isto, sem querermos fazer juízo de valor, vinha em direção ao objetivo ideologizado da ditadura em produzir consciências apolíticas, alienação, dificuldade em se passar do nível do senso comum para o nível da consciência crítica, como apregoa a pedagogia gramsciana. Vejamos agora quem eram eles. Estes eram o outro, os dissonantes, isto é, os que relutavam em se afinar com o regime, normalmente por uma questão de consciência ideológica, os quais, como já vimos, eram os rotulados como comunistas (embora vários opositores do regime não fossem comunistas) de várias tendências (pois o espectro comunista era bastante matizado), que o regime subdividia em subversivos e terroristas. Por extensão, o outro era também qualquer pessoa insatisfeita com o regime, mesmo por motivos de ordem não ideológica. Essa relação de alteridade ficou bem marcada pelo slogan “*Brasil, ame-o ou deixe-o*”, imposto pelo governo Médici, representante do período mais repressivo do regime. Embora houvesse uma diferença sutil entre as denominações subversivo (que podia ser um outro não ideologizado, não comunista) e terrorista (que quase sempre era comunista ou simpatizante), o que também já vimos, sendo o segundo o subversivo com agravo, isto é, aquele que empunhava uma arma ou estava ligado a quem empunhasse, a repressão, quando da captura de um ou outro desses tipos ideais formulados pela ideologia oficial, agia praticamente sem distingui-los, submetendo-os aos mesmos métodos, que geralmente passavam pela tortura e podiam acabar em assassinatos ou desaparecimentos (eufemismo usado para os cadáveres

ocultados). Ser o outro era estar passível de sofrer arbitrariedades, ainda mais que o AI-5 facultava a suspensão do *habeas-corpus* segundo o arbítrio de uma autoridade de inteligência/repressão, isenta da ingerência dos Poderes Judiciário e Legislativo, pelo bem maior da segurança nacional. Ser o outro era estar sob uma forte vulnerabilidade, mesmo que ocupasse uma posição de prestígio no Estado e/ou na sociedade. Essa relação de alteridade estava introjetada não somente nos adeptos do regime, mas também no senso comum em geral. Por essa introjeção, qualquer um poderia denunciar seu parente, colega, vizinho, desafeto, etc. como sendo o outro. Vejamos, a seguir, um caso de denúncia sobre atividades dissonantes do outro, entre inúmeros outros casos que ocorreram ou devem ter ocorrido.

Em 7 de novembro de 1977, Maurício Parreiras Horta, então Procurador da Justiça do estado do Rio de Janeiro e professor da Universidade Católica de Petrópolis e da Escola de Serviço Público, escreveu uma carta ao presidente Geisel (asseverando que era a terceira vez que o fazia) denunciando perseguições contra sua esposa, Guida Nedda Barata Parreiras Horta, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por parte dos professores Afrânio dos Santos Coutinho e Emmanuel Carneiro Leão. Como principal argumento de autoridade para sensibilizar o chefe da nação, o emitente da carta, em vários trechos, enaltece o “*Governo Revolucionário*”, a “*Revolução Saneadora*”, e a “*Revolução de 64*”, enquanto acusa o professor Afrânio Coutinho, diretor da Faculdade de Letras, de ter credenciado os professores Emmanuel Carneiro Leão e Américo da Costa Ramalho para lecionarem cursos na pós-graduação, nos quais a especialista era a professora sua esposa, a qual fora preterida por motivações ideológicas, em virtude de que “[...] os agitadores pretendiam, efetivamente, era introduzir na Faculdade de Letras o ensino sistemático do marxismo, a ser ministrado pelo filósofo, Prof. Emmanuel Carneiro Leão, para lá levado pelo Diretor Afrânio Coutinho [...]”. (7) Em outro documento que encontramos, o alvo era a Igreja, que apoiara o golpe e os primeiros anos do regime antes de evoluir para a posição de uma das principais instituições a denunciar o desrespeito aos direitos humanos por parte da ditadura. Nesse documento, da Comissão Episcopal Regional Sul I-CNBB, datado de 30 de outubro de 1975 e intitulado “*Não oprimas teu irmão*”, era dito, em certo

trecho: “[...] assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes” (8).

Já anteriormente, em junho de 1972, na cidade de Brodósqui (SP), a CNBB tinha lançado um documento, sob o título “*Testemunho da Paz*”, no qual era consignado que “[...] não é lícito efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal”. Para justificar tal assertiva, o documento citava o Art. 153, parágrafo 14, da Constituição (9).

Em 1977, quando a questão da abertura já começava a ocupar a pauta política, o SNI relatava que a Igreja explorava as “[...] bandeiras dos ‘Direitos Humanos’ e ‘Anistia Geral’, atualmente principais temas explorados pelos subversivos, sob orientação do PCB no sentido de perturbar a paz e a ordem nacionais[...]”, tendo essa exploração o “[...] *Cardeal Arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns como um dos principais coordenadores e patrocinadores*”.(10)

Todos esses documentos dos quais citamos trechos eram rigorosamente sigilosos e se encontravam sob a guarda de órgãos de inteligência/repressão, que obtinham seus informes muitas vezes por terem infiltrado no Estado e na sociedade arapongas seus. Assim, era frequente que esses órgãos soubessem o que se passava em salas de aula, onde um ou outro professor tecia, de forma velada ou não, comentários sobre a conjuntura econômica e política, a Guerra do Vietnã, etc. ou mesmo sobre um fato distante na história, que poderia ser interpretado como uma crítica ao regime. Estudantes universitários, mesmo com o movimento estudantil cassado, também eram um alvo privilegiado dos agentes secretos. Um padre – dois dos clérigos mais visados eram D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns – que na missa fizesse um comentário sobre a pobreza, a seca do Nordeste ou a missão de Jesus em favor dos pobres e oprimidos poderia ser tido como subversivo. O mesmo poderia ocorrer com artistas e intelectuais no exercício de suas atividades, mesmo tendo toda a precaução de não se exporem indevidamente, alguns dos quais tiveram que buscar o

exílio para retomarem sua voz ativa. O CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que durante a década de 1970 reuniu alguns dos melhores intelectuais brasileiros na área das Ciências Sociais para estudar sobretudo o Brasil, sofreu um estreito controle investigativo por parte do regime. Um documento do serviço de inteligência do Exército relatava que o CEBRAP, em algumas de suas publicações, vinha demonstrando de forma velada tendências esquerdistas. Nesse documento, Fernando Henrique Cardoso era qualificado como “[...] ligado aos movimentos comunistas que agitaram o País até 1964. É agitador e nitidamente de esquerda; homem inteligente chegando a ser brilhante; quase sempre está envolvido em problemas de subversão, particularmente no meio estudantil”(11). O fato de a inteligência enquadrar Fernando Henrique Cardoso, um nunca comunista como comunista evidencia o seu caráter ideologizado de dividir a nação sob uma concepção de alteridade nós e eles. Se a ditadura o apresentasse em sua verdadeira identidade de liberal não seria eficaz para a relação de alteridade que a ditadura construía ideologicamente, pois liberal era a identidade que a ditadura forjara para si. Sendo liberal, FHC estaria na categoria nós, não na categoria eles.

Em vistas de perseguições sofridas, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Juarez Rubens Brandão Lopes e Fernando Henrique Cardoso escreveram uma carta a Severo Gomes, então Ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, datada de 21 de abril de 1974, para denunciar que

[...] nos últimos vinte dias a ação dos órgãos repressivos em S. Paulo não só continuam pautando-se pelo procedimento de um arbítrio sistemático como, até, têm orientado sua atuação no sentido de transformar em suspeita de subversão atividades que em qualquer centro de pesquisas e de ensino, que não esteja sob o controle de um regime totalitário, são absolutamente normais.

Junto com a carta, seguia um relatório no qual os três denunciavam prisões e torturas de intelectuais, entre os quais Francisco de Oliveira, Frederico Mazzuchelli, Elvira Mazzuchelli, Carlos Silveira e Maria Valadão(12).

A rede de inteligência tinha nas notícias da mídia impressa e televisada uma

grande fonte de recolhimento de material para suas investigações, inferindo das mesmas interpretações sobre o que era ou não subversivo. Em documentos do DOPS da então Guanabara, aos quais tivemos acesso, encontramos muitos recortes de jornais e revistas, até exemplares completos, nos quais eram destacadas opiniões de pessoas públicas ou não sobre um ou outro tema, o que poderia ensejar uma investigação. Um dos primeiros passos nesse sentido, era solicitar ao órgão de inteligência competente um PB, isto é, Pedido de Busca, através do qual viria um sumário sobre os antecedentes subversivos da pessoa em tela. Nesses PBs tanto apareciam pessoas que de fato haviam entrado em choque com a ditadura, como Marighella, Lamarca, entre outros, como apareciam pessoas que, em determinado contexto, comentaram que o problema do Nordeste era de ordem estrutural, o desenvolvimento brasileiro somente seria alcançado a longo prazo...

4. Por que a repressão decidiu caçar o PCB?

Desde o golpe de 64, a ditadura selecionou os inimigos que deveriam ser eliminados da vida pública. Os primeiros desses inimigos, foram aqueles que lideraram a esquerda em seus embates com a direita nos anos anteriores ao golpe: Prestes, Jango, Brizola, Darcy Ribeiro, Roberto Morena, Osvaldo Pacheco e mais 94, incluindo Jânio, um não esquerdista, pelo contrário. Essa eliminação se deu dentro da lei (lei da ditadura), ou seja, conforme o AI-1. Outras cassações viriam, como as que se deram legitimadas pelo AI-5, algumas das quais atingiram até membros do próprio regime. Cassações assim atingiam frequentemente, dentro do corpo do Estado (servidores civis e militares) e também na sociedade, "cidadãos" tidos como comunistas, por pertencerem ao PCB ou por serem opositores ou acusados de serem. Vimos, no caso do Fernando Henrique Cardoso, que a ditadura tinha o poder de forjar identidades. Dois fatos decisivos, a nosso ver, marcaram a mudança de qualidade no trato da ditadura com seus inimigos: a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que vinha como uma resposta de força para os grupos (autônomos em relação a partidos políticos, representados, sobretudo, pelos movimentos estudantil e artístico-intelectual durante o ano de 1968) que estavam desafiando a hegemonia conquistada pela direita (em Gramsci, a hegemonia é construída pelo consenso e pela força, o AI-5 era a força) e o aparecimento de

inimigos armados, cujo batismo de fogo deu-se com o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick, em 4 de setembro de 1969. A partir destes fatos, a ditadura passou a empregar um novo verbo na comunicação com seus inimigos: o verbo caçar. Se antes, o principal instrumento de força era manifestado pelo verbo cassar; que equivalia a retirar de alguém seus direitos políticos por dez anos, além de outras providências que se fizessem necessárias dentro e fora da lei; depois, foi introduzido o verbo caçar, indicando que a diferença semântica entre ambos os verbos era caudatária da intenção da ditadura em eliminar fisicamente seus inimigos. Pela cassação, alguém passava a estar suspenso em relação ao contrato lockiano; pela caçada, a suspensão se dava em relação ao contrato hobbesiano. Para cumprir a estratégia de eliminar fisicamente seus inimigos (não somente os “terroristas”, mas qualquer um que o regime forjasse, a assunção da identidade de “subversivo” ou “comunista”), a ditadura empregava como tática a guerra suja, representada por prisões arbitrárias (sequestros), torturas, assassinatos, desaparecimentos... Paralelamente às caçadas, continuaram a existir as cassações. Tinha, assim, a ditadura dois instrumentos de força em um momento em que estava perdendo considerável parte do consenso que adquirira quando da consecução do golpe.

Na passagem do governo Médici para o governo Geisel, em 15 de março de 1974, os guerrilheiros já tinham sido praticamente exterminados, exceto os que estavam nas prisões, os que foram para o exílio ou os desmobilizados. O governo Médici cumprira a sua missão de erradicar o grosso da guerrilha, e o regime, com o país pacificado, melhor dizendo, esterilizado de opositores indesejáveis, acenava para a abertura política, mais por pressões nacionais (o grande avanço do MDB – de 87 para 165 deputados federais e de 7 para 20 senadores – nas eleições proporcionais de 1974 seria a primeira grande demonstração dessas pressões) e internacionais do que por vontade própria. No entanto, a abertura era também uma maneira de o regime trazer benefícios para si, através de uma oxigenação do consenso que construía desde os momentos pré-golpe. Consenso esse que estava em franco declínio. À época, a abertura era vista, por diversos analistas como uma tática de se perderem os anéis para não perder os dedos. Como primeira providência para lançar o projeto de abertura, o regime não abria mão de planejá-lo e comandá-lo, de modo que o mesmo se desse passos

lentos, graduais e seguros. A segunda providência era o afastamento em relação à chamada linha dura militar, razão pela qual o poder militar escolheu o general Geisel para ser o novo presidente, mesmo este se encontrando fora de comando de tropa quando da escolha (nesse momento, Geisel era presidente da Petrobras). Geisel vinha de uma linhagem moderada, sorbonista, castelista, tendo sido, inclusive, Chefe do Gabinete Militar do governo Castelo Branco. Alguns de seus ministros também haviam participado do governo Castelo, caso do general Golberi do Couto e Silva, tido como o principal artífice da abertura, Mário Henrique Simonsen e o general João Baptista Figueiredo, que daria prosseguimento ao projeto de abertura, quando de sua investidura como o próximo presidente da República. A terceira providência consistia em não deixar resquícios de oposição não consentida que pudessem vir a comprometer o projeto de abertura. Essa providência teria como principal alvo o PCB.

Se a ditadura vencera a guerra contra os “subversivos” e os “terroristas”, por que se voltou contra o PCB com o desiderato de extirpá-lo da vida nacional como fizera com a guerrilha? É o que veremos a seguir.

Os órgãos de inteligência acompanhavam os passos tático-estratégicos do PCB, desde a época anterior ao golpe. Sabiam que sua estratégia era pela via pacífica, através da formação de uma frente que ia do campesinato à “burguesia nacional”, visando conquistar o socialismo a longo prazo, por meio da tática principal de desenvolver trabalhos de base nos movimentos de massa e no parlamento, além de buscar infiltração onde fosse possível. Essa linha tático-estratégica já havia sido defendida pela Declaração de Março (1958) e fora corroborada pelos V (1960) e VI (1967) Congressos. Os órgãos de inteligência estavam cientes, por exemplo, de “[...] que a infiltração comunista na imprensa vem crescendo dia a dia [...]” (13), que o “[...] PCB vem atuando, desde certo tempo infiltrando militantes e simpatizantes, em clubes, Tribunais de Justiça Desportiva, Federações de Futebol e outras ligadas aos esportes, como meio de atingir as massas [...]” (14) e que “[...] com o clero o PCB vem realizando um trabalho convergente, particularmente na área do campo” (15). Um outro documento que encontramos, sob o título “*Restabelecimento de célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no jornal O Globo*”, também se refere à infiltração

pecebista na imprensa (16). Um relatório do CENIMAR apontava que o PCB, desde 1965, vinha desenvolvendo uma campanha de “[...] solidariedade e assistência moral e material aos presos, perseguidos e condenados políticos”. Campanha que se tornou internacional, tendo como sua primeira sede o Chile, onde, em maio de 1970, sob a liderança de Pablo Neruda, foi formado o “Comitê Chileno de Solidariedade ao PC Brasileiro” (CENIMAR n. 0405 de 31/10/74). Esse relatório do CENIMAR, emitido em outubro de 1974, fazia referência à “Voz Operária do mês passado”, o que nos indica que os órgãos de inteligência tinham um significativo grau de eficiência em campanar o PCB, o que não implica que também não houvesse insucessos, como nos relata um determinado relatório do DOPS da Guanabara:

[...] apesar dos esforços dispendidos pelos funcionários desta Seção e das buscas de informações junto a informantes, não foi possível identificar qualquer dos militantes do partido que estavam fazendo o mês da finanças do Partido Comunista Brasileiro, pois os mesmos sempre usaram de artifícios que dificultaram a ação dos funcionários empenhados na apuração. (17)

O mesmo DOPS da Guanabara comunicara, no mês anterior, em resposta a um Pedido de Busca, que

[...] este DOPS possui apenas um quadro representativo do referido Partido, relativo ao ano de 1974, difundido pelo DOI/CODI/II Exército como órgãos da Comunidade de Informações. Sendo o PCB extinto, ora na clandestinidade, ainda não foi possível apurar a composição dos últimos comitês (estaduais, municipais, etc.). (18)

Por essa amostragem, podemos perceber que os órgãos de inteligência tinham o PCB sob vigilância. Da vigilância, passariam para a punição, a qual não seria a prisão de seus membros, mas a caçada e assassinato de suas lideranças, mesmo cientes de que o Partido era infenso à luta armada, chegando ao ponto de refutar contatos com guerrilheiros, conforme podemos depreender de um informe do CIE do I Exército, datado de 13 de novembro de 1970, no qual era dito que o Comitê Central do PCB enviara um comunicado à

direção pecebista em São Paulo, proibindo-a de se encontrar com militantes de organizações armadas, vindos do exílio em Cuba e Argentina, “[...] para buscar entendimentos com a alta direção do PCB” (19).

O PCB também estava acompanhando as vicissitudes do regime e da esfera pública nacional. Por esse acompanhamento, era consignado, por exemplo, que o auge do movimento de rua (principalmente estudantes) durante 1968 provocara um avanço das forças oposicionistas e uma “crise institucional” no seio governista (20); que o AI-5 era produto da “[...] incapacidade da ditadura manter-se e prolongar-se nos quadros do regime constitucional que ela própria impusera ao país em 1967 [...]” e representava um novo momento ditatorial: o “policial-militar-fascistizante” (21), o qual era definido como fascismo à brasileira, que, diferentemente dos fascismos italiano e alemão, tinha como característica principal “[...] certos semblantes de democracia representativa, com a troca periódica de um ditador por outro” (22). Com o ascenso do movimento oposicionista, a partir das eleições de 1974, o CC do PCB passou a concentrar seus esforços na conclamação do voto no MDB nas eleições permitidas pelo regime, “[...]para que se acelere o processo de aglutinação da frente patriótica antifascista, capaz de derrotar o regime de traição nacional que oprime os brasileiros” (23).

Isto posto, reiteremos a questão: se a ditadura estava prenhe de certeza de que o PCB era contra a luta armada, não apresentando, portanto, ameaça ao regime, por que então deliberou por assassinar suas lideranças? Antes de buscarmos elucidar esta questão, faz-se mister assinalar que por volta do início do processo de abertura já havia saído do país a maioria dos componentes do Comitê Central. De modo que os dirigentes que seriam assassinados foram em um quantitativo bem menor do que se o grosso do CC estivesse no Brasil. Ademais, alguns foram assassinados por terem voltado do exílio.

Quanto à questão colocada, há duas hipóteses que buscam desvendá-la: uma política e outra ideológica. A primeira é de consistência mais frágil e é defendida, por exemplo, por João Falcão e Marco Antônio Coelho. Para Falcão, a repressão decidiu voltar-se contra o PCB, sobretudo contra sua direção, pelo motivo deste partido ter-se destacado, com “audácia e desenvoltura” no apoio ao MDB nas eleições de 1974 (24). Marco Antônio,

por sua vez, considera que foi um texto seu, intitulado "Apertar o cerco" e tornado editorial da *Voz Operária*, que motivou a que o PCB se tornasse "a bola da vez" (25), pelo fato de o editorial considerar que a vitória do MDB nas eleições de 1974 representava o declínio do regime, decorrente da "[...] importância da unidade de ação de todas as forças antifascistas" (26). Marco Antônio tem também outra hipótese, essa mais plausível, segundo a qual a deliberação de se caçar o PCB deu-se por influência dos generais "linha dura", buscando, com isso, criar um ambiente de recrudescimento do regime, o que seria um estorvo ao projeto de abertura, o qual eles refutavam (27). Posteriormente, em 2002, Marco Antônio ainda considerava a hipótese política como motivação básica para o regime se voltar contra o PCB:

Inicialmente eles se concentraram naqueles que estavam fazendo ações espetaculares: assaltos a banco, sequestros... Isto era o que mais os incomodava. Começamos a ganhar forças no MDB, Igreja e na imprensa. e eles sentiram isso. Eles começaram a sentir que estavam perdendo apoio político. E quem fazia esse trabalho político na esquerda éramos nós. Acho também que esse aparato de repressão tinha que mostrar serviço e também tinha muita autonomia. Então eles investiram contra nós. Nós não fomos radicais na questão de segurança. Deveríamos ter tirado mais gente do país. Eles iam nos massacrando silenciosamente. Não divulgavam para a imprensa. Eles agiram com muita sabedoria. Noticiavam as mortes dos guerrilheiros, mas não noticiavam os mortos e os desaparecidos do PCB. Eles começaram a ver a repercussão política do nosso trabalho junto ao movimento oposicionista, daí terem se voltado contra nós (28).

De fato, esse período a que se refere Marco Antônio coincidiu com o jugulamento da esquerda armada, a ascensão da oposição consentida, através de vitórias relativas do MDB nas urnas, em 1974, 1976 e 1978, o renascimento do movimento sindical e o processo de abertura política. Um momento muito efervescente do ponto de vista político, avissareiro para o Partidão e representando um marco no declínio da ditadura. Todavia, insistimos na

hipótese de que a causa principal da caçada ao PCB foi de ordem ideológica, pois, nesse período, houve uma oposição contundente (o que nem de longe ocorreu durante o governo Médici), não somente por parte de emedebistas, mas também por parte de instituições da sociedade civil, como a Igreja, OAB e ABI; no entanto, não ocorreu à ditadura eliminar fisicamente personalidades dessas instituições e do MDB (sendo o caso do deputado Rubem Paiva um raro exemplo), pelo simples fato de elas, em geral, não serem portadoras de ideologias antissistema, como eram os comunistas. O que reivindicavam as forças oposicionistas consentidas coincidia com o projeto de abertura proposto pelo regime: a restituição do Estado de direito (o qual o regime defendia sob salvaguardas). O PCB também tinha isto como sua tática principal, o que correspondia ao fim da ditadura. Mas, ideologicamente, ele ainda tinha o socialismo como estratégia, era o que estava prescrito em seus documentos, embora a grande maioria de sua direção, no exílio, já estivesse em processo de renegar o socialismo, começando a assumir a tese da democracia universal, restando Prestes e um pequeno grupo a continuar prestando fidelidade ao marxismo-leninismo.

Como vimos, todas as três hipóteses (uma do Falcão e duas do Marco Antônio) são de natureza política. As duas primeiras exageram quanto ao poder do PCB junto ao movimento de massas, sobretudo junto ao MDB. Na realidade, o PCB estava bastante fragilizado, acéfalo, em rígida clandestinidade e incapaz de esboçar uma reação que trouxesse ameaças à ditadura. Além disto, os órgãos de inteligência já conheciam a retórica pecebista, dentro da qual o editorial "Apertar o cerco" não apresentava nenhuma novidade em termos de extremismo; pelo contrário, quando da edição do AI-5, a Resolução do Comitê Central foi bem mais agressiva, principalmente por, pela primeira vez, caracterizar o regime como estando a assumir uma natureza fascista, passando a ser uma "ditadura policial-militar fascistizante" (29). A terceira hipótese é mais próxima da realidade, mas merece um senão, porque, como veremos, não foi somente a "linha dura" que conspirou a favor da caçada ao PCB, sendo essa deliberação uma condição *sine qua non* para a efetivação do projeto de abertura. O regime defendia que a abertura deveria se concretizar sem a presença de seus opositores não consentidos, como Prestes, Brizola, Jango e Julião, e,

sobretudo, seu inimigo mais radical (no sentido marxiano: tomar as coisas pela raiz) do ponto de vista ideológico: o PCB. Então, aqui chegamos ao ponto-chave da questão que nos está norteando: foi basicamente a ideologia, em detrimento da política, que levou o regime a decidir pelo extermínio das lideranças pecebistas, como, de maneira semelhante, decidira em relação aos que houveram optado pela luta armada. No passado, em 1947, o PCB fora cassado, de uma maneira sofisticada pela justiça burguesa, por razões ideológicas, embora sua política fosse pela via pacífica, pela união nacional. No processo de abertura, o PCB estava sendo novamente perseguido por razões ideológicas, dessa vez com a determinação de ser caçado, porque cassado ele já era desde de 1947. Um liberal sofisticado, de grande acuidade, Isaiah Berlin, concede uma grande importância ao que ele denomina poder da ideias, o qual o leva a parafrasear uma observação do poeta alemão Heine, segundo a qual “[...] os conceitos filosóficos alimentados na tranquilidade do gabinete de um professor poderiam destruir uma civilização”(30). Também Marx, em *O capital*, cerca de um século antes de Berlin, reconhecia a superioridade humana diante dos outros animais pelo fato de o homem ter a faculdade de idealizar suas ações antes de cumpri-las. Evidentemente que Marx, como dialético-materialista, tem as ideias como uma construção realizada em conjunto com as ações. Gramsci, um marxista com relativa autonomia e atualizando o marxismo cerca de 50 anos depois da morte de Marx, recomenda para o Ocidente que a ideologia seja construída antes de se colocar em prática o projeto relativo a essa ideologia. Parece que, mais uma vez, o regime pós-64, sem conhecer Gramsci, salvo engano, ateu-se à questão ideológica para a construção de seu projeto de abertura. Senão, vejamos: a abertura deveria ser para todos, exceto para os que não afinassem ideologicamente com a ideologia liberal conservadora a embasar o projeto de abertura proposto (imposta) pelo regime. A exceção atingia em cheio os comunistas, sobretudo o PCB, além de inimigos imperdoáveis de outrora, entre os quais se destacava Brizola.

Geisel, cujo governo foi o promotor da abertura, parece que nos ajuda a defender a hipótese de que foi de raiz ideológica a razão principal de o regime caçar o PCB:

Sempre se procurou acompanhar e conhecer o que o partido fazia, qual era a sua ação, como ele se conduzia, o que estava produzindo, qual era o seu grau de periculosidade. Isso aconteceu durante todo o período revolucionário. Mas não havia grande coisa, porque o partido estava muito enfraquecido. Ainda assim, continuava em atividade. estavam sempre conspirando. No fim do governo, o Dilermando, já no comando do II Exército, atuou em São Paulo sobre uma grande reunião dos chefes comunistas. A questão não era mais a força que eles tinham, mas não podíamos deixar o comunismo recrudescer. Fizemos tudo para evitar um recrudescimento das ações comunistas. Porque houve época em que eles matavam, roubavam, faziam o diabo(31).

Podemos perceber que não foi pela periculosidade política do PCB que "[...] não podíamos deixar o comunismo recrudescer", pois "[...] o partido estava muito enfraquecido", mas, pelo que percebemos nas entrelinhas deste depoimento de Geisel, foi pela periculosidade ideológica que o PCB seria barrado no baile; não seria convidado para a festa da abertura. A política se manifesta, geralmente, em uma duração mais curta do que a ideologia, ou seja, dentro de uma determinada conjuntura; ao passo que a ideologia tende a se estender indeterminadamente ao longo da estrutura, interagindo com esta. Por isso que Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, conceituam a ideologia dominante em determinada época como sendo a ideologia da classe dominante da época em questão. Em outras palavras, a ideologia está presa à sua época, que é elástica, correspondente à duração de um certo modo de produção, pois Marx e Engels estão pensando época como modo de produção, o qual corresponde a séculos de história. Já a política, ela se manifesta por várias políticas, metamorfoseando-se de conjuntura a conjuntura. A ideologia correspondente à estratégia (força de longa duração) e a política (força de curta duração, se comparada com a ideologia) corresponde à tática, podendo haver várias políticas para instrumentalizar uma mesma ideologia. O regime sabia que os comunistas estavam fracos politicamente, mas ideologicamente eram fortes, porque a ideologia é prospectiva; é transmitida de geração a geração. Sabia que o comunista é um ser ideológico, antes de sê-lo

político. Então fazia-se premente cortar o mal pela raiz; matar a serpente no ovo, razão pela qual houve um consenso dentro do poder militar em se decidir pela eliminação física dos opositores armados como pré-requisito para se colocar em curso o processo de abertura. A decisão, segundo descoberta recente, foi tomada em uma reunião, em meados de setembro de 1973, presidida pelo então presidente Médici, para a qual foram convocados o Ministro do Exército, general Orlando Geisel, seu irmão, Ernesto Geisel, já na iminência de ser o novo presidente “eleito” da República, e o general Antônio Bandeira, que comandara, durante os anos 1972 e 1973, o combate exterminador à Guerrilha do Araguaia, levada a efeito por militantes do PC do B, que seria liquidada de todo durante o governo Geisel, por volta de 1975. Nessa reunião, segundo um item do documento que a relatou, foi determinada “[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço” (32).

Caberia ao governo Geisel a missão de exterminar o que restara da militância do PC do B e os dirigentes do PCB, que até então não haviam estado na pauta de extermínio. A missão foi exitosa em relação a acabar com a guerrilha do PC do B, por meio do assassinato de vários de seus militantes e dirigentes, e do que restava do movimento guerrilheiro; no entanto, ficou aquém no que concerne ao cumprimento de eliminar fisicamente a direção pecebista, principalmente pelo fato de que a maioria dos membros do Comitê Central estava no exílio. Segundo depoimento de um ex-agente do DOI-CODI e do CIE, Marival Dias Chaves, sargento à época do governo Geisel, o comando das operações para sequestrar e assassinar dirigentes pecebistas coube aos coronéis do Exército Paulo Malhões, José Brandt Teixeira e Aldir Santos Maciel, que deveriam zelar para que tudo se processasse dentro do maior sigilo e que os corpos estivessem a salvo de serem encontrados, o que faria os assassinados entrarem para o já numeroso rol dos desaparecidos. A razão contra o PCB apresentou um saldo de dezenas de militantes presos, torturados e/ou assassinados, duas gráficas pecebistas desbaratadas e o destaque de fazer “desaparecer”, por meio de tortura, seguida de assassinato, dez membros do Comitê Central: David Capistrano da Costa, Jaime Miranda Amorim, Orlando Bonfim Júnior, Nestor Veras, Hiram Lima Pereira, Luis Ignácio Maranhão Filho, Walter Ribeiro, Élon Costa e Itair Veloso. Junto com estes

dirigentes, também foram assassinados José Montenegro de Lima, coordenador da Juventude Comunista e José Ronam, motorista de David Capistrano. Outros integrantes do CC também seriam presos, torturados, embora não tenham sido assassinados: o ex-deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho; o líder sindical e ex-deputado federal constituinte Osvaldo Pacheco; Francisco Gomes, também ex-deputado federal constituinte; Renato Guimarães; Aristeu Nogueira e Fernando Pereira Cristino.

O assassinato/desaparecimento dos dirigentes pecebistas motivou pedidos buscas e protestos dentro e fora do país. Em julho de 1975, Prestes, de Paris, divulgou um documento apelando que a sociedade civil internacional exigisse que o governo Geisel respondesse pela vida dos membros do Comitê Central que se encontravam desaparecidos – os quais tinham seus nomes declinados – e também pela vida de “[...] uma centena de membros do nosso partido, além de numerosos outros patriotas encarcerados” (33). Em novembro do mesmo ano, o Comitê Central emitia um documento endereçado diretamente à solidariedade internacional, pedindo que esta pressionasse o governo Geisel pela apuração do “*desaparecimento de dirigentes e membros do PCB*”, vários dos quais nominalmente citados (34).

Em fevereiro de 1976, a Amnesty International enviou uma carta ao ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, solicitando a libertação de David Capistrano, que, segundo depoimento recente de um ex-agente do DOI-CODI (*IstoÉ*/1798-24/3/2004), havia sido assassinado em 1974, encontrando-se desaparecido desde então:

Excelentíssimo Senhor!

Nós estamos muito inquietos sobre o destino do Sr. Capistrano da Costa, o qual foi preso em maio de 1974 em São Paulo. O Sr. Capistrano é paralítico em uma perna por uma doença reumática. Apesar de muitas perguntas referindo Sr. Capistrano, não pudemos obter informação sobre seu paradeiro e seu estado de saúde. Por isso vos pesso cordialmente, a fazer tudo que esta Vossa autoridade, para realizar a libertação do Sr. Capistrano. Essa diligência iria certamente

com isto contribuir, e consolidar a grande consolidação de Vossa nação progressiva (35).

Além de sua competência, os órgãos de inteligência também contaram com o fator traição para chegar aos pecebistas. Um dos fatos mais conhecidos em relação a isto refere-se à traição que resultou na primeira leva de prisões de militantes pecebistas, ainda durante o governo Médici, em 1972, quando o partido ainda não havia sido escolhido para ser “a bola da vez”. O traidor em questão apresentava-se como “agente Carlos”, posteriormente reconhecido como homem de confiança da direção pecebista, de nome Adauto Alves dos Santos, de acordo com matéria de 7 de dezembro de 1972, do *Jornal do Brasil*; Adauto Oliveira, segundo livro de João Falcão, op.cit., ou Adauto Freire, conforme matéria da *IstoÉ* de 31 de março de 2004.

Raimundo Alves, um dos responsáveis pelo parque gráfico do PCB, contou-nos que a repressão chegou às gráficas pecebistas em São Paulo e no Rio de Janeiro por informação de um dirigente do PCB, que havia recentemente saído da cadeia, cujo nome ele preferia omitir. Para Raimundo Alves, esse dirigente era um agente duplo e “[...] a queda da gráfica se deu com a vinda dele. Depois que ele passou a fazer a ponte entre nós e o CC, começamos a sentir o rastreamento” (36).

Um dos casos de traição mais chocantes e controversos (pelo fato de o acusado negar ser um traidor) no PCB é o que envolve o nome de Givaldo Siqueira, membro do Comitê Central durante o período autoritário, acusado de ser agente duplo, não somente por ex-companheiros seus, como Hércules Corrêa, Fernando Pereira Cristino e Armênio Guedes (37), mas também fora do âmbito pecebista: “Em fins de maio ultimo, faleceu o norte-americano Reginald Amback Junior, naturalizado brasileiro desde 1979. o fato não teria maior significado não fosse Reginald cunhado de Givaldo Pereira Siqueira, integrante do Comitê Central do PCB e, segundo consta, antigo funcionário da CIA”(38). A perseguição aos remanescentes da guerrilha e aos membros do PCB durante o governo Geisel ocorria, como regra geral, dentro de um rigoroso segredo mantido pelos agentes encarregados das ações de sequestro e assassinato. Tudo ia de acordo com a regra até que o DOI-CODI do II Exército sequestrou e “suicidou” dois militantes do PCB, o jornalista Vladimir Herzog, em

outubro de 1975, e o operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Nesse momento, em que o processo de abertura já estava avançado e tornado principal bandeira do movimento oposicionista, que aumentava dia a dia o seu consenso na sociedade civil, o assassinato dos dois militantes e a circunstância em que aconteceu produziram grande repercussão na mídia e protestos nas ruas, resultando em uma maior aglutinação de forças para apressar o fim da ditadura, o que, todavia, viria a acontecer dentro do planejamento proposto por esta: de forma lenta, gradual e segura. Nesse momento, parecia correta a avaliação da direção pecebista: “A institucionalização do fascismo não é mais possível. Ela está em desacordo com os novos tempos e de maneira inconciliável com a resistência que está sendo organizada no seio da sociedade” (39). Dois anos depois desta sentença pecebista, em 1979, a abertura tornar-se-ia consolidada pela Lei de Anistia, tornada ampla e irrestrita por pressão da sociedade, o que apressava o fim da ditadura, marcado pelas eleições presidenciais de 1989, que, por causa de divisão da esquerda, entre outros fatores, levaram à vitória um governo conservador.

Notas

- Pós-Doutorado .Universidade de São Paulo. Professor da Faculdade Gama e Souza
- **** Siglas das notas:** AN (Arquivo Nacional), APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro) e CEDEM-UNESP (Centro de Documentação e Memória da UNESP).

1. Sobre essa reforma, é interessante ler entrevista de Góes Monteiro concedida a *O Jornal*, edição de 5 de novembro de 1933.
2. PORTELLI, Hugues. *Gramsci o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 19.
3. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981).
4. FERNANDES, Florestan. Revolução ou contrarrevolução. *Contexto*. São Paulo: HUCITEC. n. 5, p. 22, março de 1978.
5. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo 143*. Min. Ex. I Ex. Informação n. 3523/75-E, Rio, RJ, 25/11/75).
6. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo 143*. Min. Ex. I Ex. Informação n. 3523/75-E, Rio, RJ, 25/11/75).
7. APERJ. Polícias Políticas. *Confidencial 11*.
8. APERJ. *Comunismo 143*. Comissão Episcopal Regional Sul I-CNBB .Secretariado Regional. São Paulo, 30/10/75.
9. Ibid.
10. Ibid. Encaminhamento n. 085/116/75/ARJ/SNI, de 12/11/77.
11. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo 134*. Pedido de Busca, n. 252/74-E, I Exército/CIE, 20/05/74.

12. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 134.
13. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 146. Ministério do Exército. I Exército. Informação n. 3523/75-5.
14. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 145. DGIE. Informe n. 0472.
15. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 132. Ministério do Exército. I Exército. CIE. Pedido de Busca 319/74.
16. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 134. DOPS/GB. Informação n. 018/SBO/74.
17. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 134. DOPS/GB. Informação n. 018/SBO/74.
18. APERJ. Polícias Políticas. *Comunismo* 134. DOPS/GB. Informação n. 018/SBO/74.
19. APERJ. Polícias Políticas. *Terrorismo* 7. Ministério do Exército. I Exército. CIE. Informe n. 680/70,13/11/70.
20. CEDEM-UNESP, ASMOB, 03-79,1. Comitê Central do PCB. *Avançar na luta contra a ditadura*. Setembro de 1968.
21. CEDEM-UNESP. PCB. Coleção Exílio. *Resolução do Comitê Central*. Todos unidos contra o AI-5 pela derrota da ditadura, fevereiro de 1969.
22. CEDEM-UNESP, ASMOB, 0363, 5. *Resolution du Comite Central du Parti Communiste Brésilien*. Pour un front patriotique contre le fascisme. Novembre 1973.
23. CEDEM-UNESP, ASMOB 03.78, 11. Comitê Central do PCB. *O PCB e as eleições de novembro*. Este documento também está na *Voz Operária* de maio de 1974.
24. FALCÃO, João Giocondo Dias. *A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993, p. 306.
25. COELHO, Marco Antônio Tavares. *As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 360.
26. FALCÃO, João. Op.cit., p. 305 e 306.
27. COELHO, Marco Antônio Tavares. Op. cit., p. 361.
28. Marco Antônio Tavares Coelho, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 23/3/02.
29. CEDEM-UNESP. PCB. Coleção Exílio. *Resolução do Comitê Central*. Todos unidos contra o AI-5 pela derrota da ditadura, fevereiro de 1969, p. 6.
30. BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. In: *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p.134.
31. D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 366.
32. IstoÉ/1798-24-3-2004.
33. CEDEM-UNESP, ASMOB 03.9, 8, p.4. Luiz Carlos Prestes. *Declaração do Partido Comunista Brasileiro*, julho de 1975.
34. CEDEM-UNESP. ARCH, AI (3) 6.
35. AN. DSI/MJ. Série MC. Caixa 599/05139. DICOM 52792. Amnesty International. Ratingen (Federal Republic of German), 10/2/76.
36. Raimundo Alves, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 20/1/03.
37. IstoÉ/1799-31/3/2004.
38. Jornal do Comércio, 18/06/82, p.5.
39. CEDEM-UNESP. Coleção PCB no Exílio. C.C. du Parti Communiste Bresilien. Manifest a la Nation. Avril 1977.